



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

JOSILENE APARECIDA SARTORI ZAMPAR¹

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem como objeto de reflexão a questão do ingresso e permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. Para isso, foi realizado um breve apanhado de estudos que tratam tanto do processo de integração de estudantes que ingressam no ensino superior, como da percepção que o estudante com deficiência possui acerca de seu processo de ingresso e permanência na universidade.

A legislação em vigor tem promovido o favorecimento do ingresso de grupos minoritários – pessoas em condição socioeconômica desprivilegiada; grupos étnicos; pessoas com deficiência – no ensino superior. Em relação à legislação referente às pessoas com deficiência, algumas universidades têm adotado a política de reserva de vagas, facilitando o ingresso de estudantes com deficiência no ensino superior. No entanto, facilitar o ingresso não garante que o estudante permaneça na universidade e obtenha sucesso acadêmico e social.

Assim, surgem alguns questionamentos acerca desse fato: as universidades estão preparadas para receber tais estudantes? A comunidade acadêmica tem o conhecimento suficiente sobre a população de estudantes com deficiência, de maneira a fornecer-lhes o apoio de que necessitam? O corpo docente está disposto a adaptar materiais, conteúdos e métodos de avaliação, contribuindo, assim, para que o estudante consiga aprender o conteúdo proposto?

Vale lembrar que não é objeto deste ensaio analisar se as universidades estão preparadas para receber a população de estudantes com deficiência, até mesmo porque seria este um trabalho bastante complexo. Nem tampouco responder aos questionamentos mencionados no parágrafo anterior, mas sim promover uma reflexão, verificando o que alguns trabalhos nos trazem sobre o tema e, conseqüentemente, a conscientização de que todos precisamos estar atentos a essa nova realidade: o ingresso de estudantes com deficiência no ensino superior.

Ensino superior

¹ Pedagoga – Unesp. Mestranda em Educação Especial – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP.

Rod. Washington Luís, Km 235. São Carlos – SP.

E-mail: josartorizampar@gmail.com

O Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apresenta a evolução da educação superior no período de 1991 a 2007. Analisando os dados no período de dez anos (1997 a 2007), pode ser observado que houve um aumento aproximado de 158% no número de ingressos nos cursos de graduação no Brasil: 573.900 em 1997 para 1.481.955 em 2007. Posteriormente, o Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2011 disponibilizado pelo Inep indica que o número de ingressos no ensino superior no ano de 2011 foi de 2.346.695.

Esse crescente aumento da população universitária é a realidade encontrada em muitos países, fato que pode ser atribuído a fatores como a pressão social por uma melhor formação acadêmica, dificuldade de emprego na faixa etária que corresponde à conclusão do ensino médio, abertura das universidades a novos públicos, como por exemplo, grupos étnicos minoritários, grupos sociais menos favorecidos, pessoas com deficiência, entre outros. Contudo, de forma geral, as universidades não se prepararam adequadamente para atender as especificidades dos alunos e muitas permanecem com estruturas e currículos semelhantes aos de quando atendia uma pequena elite social (ALMEIDA; SOARES, 2003).

O ingresso no ensino superior requer uma série de modificações em vários aspectos da vida do estudante, sobre os quais a dimensão do impacto poderá variar conforme as características do próprio estudante, mas também das exigências e apoios existentes no novo contexto em que será inserido (POLYDORO et al, 2001; SANTOS; ALMEIDA, 2001). Assim, considera-se que a integração do estudante à vida universitária é construída frente às relações estabelecidas entre o estudante e a instituição, “pela troca entre as expectativas, características e habilidades próprias dos estudantes, de um lado e, de outro, a estrutura, normas e os contextos acadêmicos que compõem a universidade [...]” (GRANADO et al, 2005).

Nesse sentido, entende-se por integração, o processo que envolve o enfrentamento de determinados desafios presentes no ambiente acadêmico do estudante, de tal forma que ele sinta-se parte integrante desse ambiente. Assim, para que o estudante tenha uma plena e bem sucedida integração à universidade, ele deve ser capaz de solucionar os desafios apresentados nesse novo contexto em todas as dimensões que esse processo envolve: acadêmica, relacionada às novas exigências de estudo, diferentes das quais estava habituado no ensino médio; social, referente às relações interpessoais com colegas, professores e família; pessoal, relativa ao conhecimento de si próprio; carreira, que se refere aos fatores que concernem o envolvimento com a vida profissional e, por último, a dimensão institucional, que se refere ao sentimento do estudante em relação à universidade em que está matriculado (SANTOS; ALMEIDA, 2001).

Acredita-se que o enfrentamento dos desafios que se referem ao processo de integração ao contexto universitário favorece o desenvolvimento psicossocial dos estudantes que ingressam no ensino superior, já que tais desafios envolvem fatores relacionados ao:

[...] desenvolvimento de relações interpessoais mais maduras (com pares, os professores e a família), a exploração de papéis sociais e sexuais, as questões da intimidade, o estabelecimento de uma filosofia de vida ou o comprometimento com determinados objetivos pessoais e vocacionais [...] (ALMEIDA; SOARES, 2003, p. 23).

Deste modo, reforça-se a necessidade de as universidades estarem preparadas para atender as especificidades dos estudantes, focando no conhecimento do perfil do estudante universitário, a fim de adotar estratégias que contribuam para sua permanência e sucesso acadêmico (ALMEIDA; SOARES, 2003; POLYDORO; PRIMI, 2003). Um estudo realizado por Pereira et al (2006), em Portugal, indica que o sucesso acadêmico de estudantes universitários pode ser obtido por meio da promoção de suporte social e fomento de estilos de vida saudáveis, por parte da universidade. Para a realização do estudo, foi utilizado um programa de intervenção

que aliava apoio psicológico, suporte social e promoção de estilos de vida saudáveis que, segundo os autores, são pilares para o sucesso acadêmico. O programa era baseado em quatro áreas de intervenção: consultas psicológicas, apoio de alunos por alunos, serviço social e investigação. Os autores concluem que esse tipo de apoio é importante ao sucesso do estudante, visto que a procura por esses serviços pelos estudantes foi bastante alta, indicando a necessidade que os estudantes sentem desse tipo de serviço de apoio.

No âmbito da Psicologia, verifica-se um crescente interesse pela realização de investigações sobre as maneiras como os estudantes lidam com os novos desafios, mudanças e exigências presentes no primeiro ano na universidade, bem como seus efeitos sobre a permanência no ensino superior e o sucesso acadêmico dos estudantes.

Como exemplo, pode-se citar o estudo realizado por Santos e Almeida (2001), que teve como objetivo analisar se três dimensões relacionadas às vivências acadêmicas (pessoal, de realização e contextual) de uma amostra de 456 estudantes do primeiro ano da Universidade do Minho, em Portugal, apresentavam relação com o rendimento acadêmico desses estudantes. Os resultados encontrados indicaram que a dimensão referente à realização acadêmica (base de conhecimento para o curso, autonomia pessoal, percepção pessoal das competências cognitivas e adaptação ao curso) é a que mais explica o rendimento acadêmico dos estudantes.

Os pesquisadores brasileiros também têm oferecido contribuições para melhor compreensão do processo de integração à universidade (MERCURI; POLYDORO, 2003; JOLY, SANTOS; SISTO, 2005). Uma das linhas de pesquisa tem sido a elaboração e validação de instrumentos para avaliar as dimensões relevantes da integração ao contexto universitário. Como resultado destes estudos foi disponibilizada uma versão do instrumento Questionário de Vivências Acadêmicas reduzida (QVA-r), que foi adaptado socioculturalmente aos estudantes brasileiros (GRANADO et al, 2005). Este instrumento vem sendo utilizado amplamente em pesquisas realizadas em diversos países.

Em estudo conduzido junto a universitários brasileiros verificou-se as percepções dos ingressantes de uma universidade particular e uma universidade pública, relativas à integração acadêmica e rendimento acadêmico. Os resultados são coincidentes com os encontrados em estudos internacionais. As melhores notas obtidas no final do primeiro semestre se associam a percepções mais positivas de integração acadêmica, exceto no que se refere à dimensão interpessoal (GRANADO et al, 2005).

Pereira (2003) apresenta parte dos resultados de um estudo realizado em doze países com o objetivo de conhecer quais eram os problemas enfrentados por jovens universitários, segundo a percepção deles. No Brasil, o estudo foi conduzido junto a 247 universitários, procurando identificar basicamente quais eram os problemas que eles vivenciavam, quais eram as estratégias de solução adotadas e quais eram as fontes/pessoas procuradas para auxiliar na solução de tais problemas. Os problemas apontados com maior frequência pelos estudantes estavam relacionados aos estudos e às relações interpessoais e de socialização, com pequenas diferenças existentes entre gênero e nível socioeconômico. Quanto às fontes de ajuda, os resultados indicaram que as pessoas mais procuradas para auxiliar na resolução de um problema eram em primeiro lugar os amigos, seguido de pais, namorados/as, professores e chefes.

Schleich (2006) realizou uma pesquisa com objetivo de identificar a integração ao ensino superior e a satisfação acadêmica, assim como a relação existente entre esses dois aspectos, de 311 estudantes universitários ingressantes e concluintes. Foi utilizado o Questionário de Vivências Acadêmicas para avaliar cinco dimensões referentes à integração dos estudantes: carreira, pessoal, interpessoal, estudo e institucional. Dentre os resultados encontrados, destaca-se que os estudantes ingressantes apresentavam-se melhor integrados em relação aos

concluintes em todos os aspectos, exceto quanto à dimensão interpessoal, que está relacionada ao estabelecimento de relações com a família, colegas, professores, busca de apoio.

Tendo em vista que a integração à universidade é um processo complexo para os estudantes, devido ao conjunto significativo de mudanças que a transição do ensino médio para o superior exige, é importante direcionar especial atenção aos estudantes com deficiência que ingressam no ensino superior. Adicionalmente às adaptações envolvidas no ingresso na universidade, em alguns casos o estudante com deficiência pode enfrentar outros desafios como acessibilidade física precária, inadequação de materiais didático-pedagógicos, falta de conhecimento sobre as deficiências por parte da comunidade acadêmica: docentes, servidores, colegas (FERNANDES; ALMEIDA, 2007).

Assim, uma das possíveis vertentes que pode nortear estudos sobre o processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior é a que aborda a questão da integração do estudante à universidade, que pode ser utilizada como referencial para a melhor compreensão do processo de ingresso e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior.

Estudante com deficiência no ensino superior

Segundo Fernandes e Almeida (2007), a inclusão do estudante com deficiência no ensino superior vai muito além de facilitar o seu ingresso por meio de políticas de reservas de vagas. A universidade deve criar condições para que o estudante seja integrado ao ambiente universitário de modo a promover não apenas sucesso acadêmico, mas também o desenvolvimento psicossocial do estudante. Isto envolve mudanças e/ou adaptações em variados aspectos por parte da comunidade universitária, como adaptação de materiais, acessibilidade física, capacitação de docentes, servidores e demais estudantes quanto ao conhecimento sobre as deficiências, entre outros.

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva evidencia que o objetivo da educação especial no âmbito do ensino superior é promover ações que permitam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes com necessidades especiais na universidade. Para tal, o planejamento de recursos e serviços para a viabilização da acessibilidade arquitetônica, das comunicações, dos sistemas de informação, dos materiais didáticos e pedagógicos deve ser disponibilizado desde os processos seletivos até o desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008).

O Artigo 24 do Decreto Legislativo nº 186/2008, que trata da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assegura que os estudantes com deficiência tenham direito à educação inclusiva com base na igualdade de oportunidades em todos os níveis de ensino, inclusive no ensino superior. O mesmo artigo, em seu parágrafo 5, prevê que:

Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.

Com a legislação em vigor, o tema da educação inclusiva no ensino superior começa a ser discutido e a merecer atenção de pesquisadores (CASTRO, 2011; GUERREIRO, 2011; MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011). Tais autores têm buscado o entendimento de como vem sendo implantadas as medidas previstas para a garantia de acesso e permanência de estudantes com deficiência no ensino superior.

Castro (2011) realizou um estudo cujo objetivo foi identificar ações e políticas assumidas pelas universidades públicas brasileiras para promover o acesso e a permanência de estudantes com deficiência na universidade, pontuando, assim, os impedimentos e as facilidades encontrados por esses estudantes. A pesquisa foi realizada em treze universidades que possuíam mais que vinte estudantes com deficiência, nas quais foram entrevistados o reitor, o coordenador do núcleo de apoio a pessoas com necessidades especiais, o coordenador de vestibular e os estudantes com deficiência. Os principais resultados encontrados foram barreiras arquitetônicas, dificuldades comunicacionais (ausência de intérprete de LIBRAS, por exemplo), inadequações pedagógicas e atitudinais, como relação com professores e colegas de classe. Alguns dos pontos positivos encontrados foram núcleos de atendimento especializado em determinadas universidades, alterações na biblioteca, manual do candidato, entre outros. A autora conclui que muitas ações foram realizadas, mas ainda insuficientes para a permanência e participação dos estudantes com deficiência na universidade.

O estudo de Guerreiro (2011) teve como objetivo verificar o nível de satisfação de estudantes com necessidades especiais em relação ao seu acesso e permanência na universidade, considerando as estruturas físicas e operacionais oferecidas pela instituição, atitudes diante dos obstáculos e o conhecimento da legislação sobre acessibilidade e a NBR 9050/2004 da ABNT. Participaram da pesquisa dezoito estudantes com necessidades especiais dos cursos de graduação, pós-graduação e curso pré-vestibular da Universidade Federal de São Carlos, aos quais foi aplicado um instrumento criado pela própria autora para esta finalidade, denominado ESA – Escala de Satisfação e Atitudes de Pessoas com Deficiência. Dentre os principais resultados encontrados, pode-se citar que, em relação ao item operacional, referente a recursos didáticos, editais de seleção, entre outros, 25% dos estudantes estão insatisfeitos, 25% satisfeitos e 50% tendem à insatisfação. No fator psicoafetivo, ou seja, questões intra e interpessoal do aluno quanto à inclusão, 25% dos estudantes tendem à satisfação e 75% estão satisfeitos.

Moreira, Bolsanello e Seger (2011) realizaram um estudo na Universidade Federal do Paraná (UFPR) com o objetivo de conhecer a trajetória de alunos com deficiência na universidade e sua relação com as ações da instituição quanto ao processo de inclusão, a fim de avaliar se as políticas de inclusão adotadas pela UFPR estavam sendo efetivamente utilizadas. Para isso, foram entrevistados sete alunos com deficiência de sete cursos da UFPR. Através das entrevistas foi possível identificar o perfil dos participantes, sua trajetória de ingresso e permanência na universidade, assim como as políticas de inclusão adotadas pela universidade, conforme a perspectiva dos relatos dos estudantes. Os entrevistados apontaram como pontos positivos a possibilidade de solicitar a banca especial na aplicação da prova do concurso vestibular, as estratégias e recursos utilizados pelos professores em sala de aula, tanto para ministrar o conteúdo das disciplinas, quanto para a realização de avaliação. Destacaram, ainda, a importância de todas as pessoas envolvidas no processo de inclusão desses alunos – professores, técnico-administrativos e demais alunos – possuírem mais conhecimento sobre as deficiências.

Vale destacar que embora existam queixas por parte dos estudantes acerca da acessibilidade física, falta de informação dos profissionais, entre outras, pode-se considerar que a UFPR possui avanços significativos. Pode-se citar como exemplo a criação, desde o ano de 1997, de um grupo de trabalho sobre pessoas com necessidades especiais e em 2006, o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), cuja tarefa era buscar práticas inclusivas de acesso e permanência aos estudantes com necessidades educacionais especiais, assim como fornecer apoio aos professores quanto aos materiais didático-pedagógicos.

Bisol et al (2010) buscou entender as vivências de cinco estudantes surdos matriculados em uma universidade localizada na região Sul do Brasil que cursaram os ensinos fundamental e médio em escola especial bilíngue. Para isso, foram utilizadas entrevistas que tinham como

objetivo verificar as opiniões dos estudantes sobre aspectos positivos e dificuldades encontradas na vida universitária, as mudanças ocorridas devido ao ingresso na universidade, comparações entre ensino médio e superior e relação com colegas e professores. Os principais resultados mostraram que os estudantes sentem que a universidade é um ambiente direcionado a pessoas ouvintes e está muito aquém de integrar o estudante surdo. Uma questão levantada pelos entrevistados é que a presença do intérprete de Libras nas aulas é fundamental, mas não suficiente, pois a falta de contato direto com o professor pode dificultar o entendimento do conteúdo, visto que a maioria dos intérpretes não domina o conteúdo ensinado pelo professor. Além disso, foram apontados como pontos negativos a estranheza com que são recebidos pelos colegas ouvintes, assim como a dificuldade na comunicação com eles, e a falta de preparo do professor para lidar com o estudante surdo. Tais fatos são atribuídos pelos entrevistados à falta de conhecimento sobre a surdez por parte da comunidade acadêmica.

Nos Estados Unidos, Stanley (2000) realizou uma revisão bibliográfica dos estudos que tratavam de experiências vivenciadas na universidade por estudantes com deficiência, estudos sobre integração acadêmica e social desses estudantes e estudos sobre a consciência e atitudes em relação às pessoas com deficiência. Segundo os estudos encontrados, os estudantes com deficiência ainda encontram barreiras no ensino superior, como falta de serviços de apoio adequados na universidade, dificuldade na interação professor/aluno, entre outros. O autor conclui que ocorreram avanços em relação à legislação referente à pessoa com deficiência nos Estados Unidos, porém não suficientes para promover a integração acadêmica e social adequada desses estudantes no contexto universitário. Reforça ainda, que a comunidade universitária sem deficiência deve ter ciência da presença de estudantes com deficiência na universidade, a fim de adotar estratégias que contribuam para que esses estudantes alcancem seus objetivos acadêmicos e sociais.

Em Portugal, Fernandes e Almeida (2007) iniciaram um estudo com a pretensão de melhor compreender os processos de transição e adaptação de estudantes portugueses com deficiência ao ensino superior. Embora nem todos os resultados encontrados tivessem sido analisados até o momento da publicação do trabalho, os autores trazem reflexões relevantes acerca do tema. Uma delas é a de que o ingresso na universidade não deve ser um fim em si mesmo, sendo que o objetivo da universidade deve ser contribuir para o sucesso acadêmico do estudante, o que vai além do rendimento escolar, envolvendo outros fatores como desenvolvimento psicossocial, por exemplo. Sugerem que a universidade, ou seja, toda comunidade acadêmica, deve, portanto, ter conhecimento sobre as especificidades das deficiências de maneira que possa oferecer apoio adequado para contribuir com a aprendizagem efetiva e o desenvolvimento psicossocial desses estudantes.

Assim, nota-se que os estudos citados têm atendido questões relacionadas às políticas de inclusão adotadas pelas universidades, aos níveis de satisfação do estudante com deficiência sob perspectivas variadas, a integração dos estudantes com deficiência à universidade, entre outras, indicando que o tema vem ganhando cada vez mais importância e despertando interesse na área acadêmica. Porém, tais estudos não têm dado a atenção necessária à dimensão do enfrentamento dos desafios sociais por parte dos estudantes com deficiência no ensino superior, como, por exemplo, o relacionamento destes com seus pares.

Considerando a importância do papel das relações positivas com os colegas para a integração do estudante com deficiência à universidade, é importante conhecer como são as relações sociais desse estudante com os demais colegas da turma, assim como os estudantes com e sem deficiência percebem tal relacionamento, pontuando quais são os aspectos positivos da relação, as dificuldades enfrentadas e as sugestões para que ocorra melhor envolvimento entre as duas partes em termos de trocas sociais e acadêmicas. Dessa forma, estudos nessa área podem contribuir para a definição de ações e práticas a serem implantadas para que tanto os

estudantes com deficiência tenham o processo de integração facilitado quanto os demais estudantes possam melhor compreender as deficiências e colaborar com esse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pôde ser observado nos parágrafos anteriores, o ingresso do estudante com deficiência no ensino superior vem ganhando a atenção de pesquisadores de diversas áreas de estudo. As pesquisas são de suma importância no sentido de contribuir para o bem-sucedido processo de integração desse estudante à vida universitária, já que trazem informações relevantes sobre como ocorre tal processo, quais são as dificuldades e facilidades com as quais esses estudantes se deparam no contexto da universidade, entre outros. É por meio do conhecimento aprofundado dessas informações que os dirigentes das universidades podem adotar estratégias e preparar toda a comunidade acadêmica de forma a contribuir para a melhora desse processo. Conforme mencionado anteriormente, os estudos citados neste trabalho abordam várias questões acerca do estudante com deficiência no ensino superior, porém as relações sociais existentes entre os estudantes com deficiência e seus pares no contexto universitário não são ou são pouco exploradas.

Partindo do pressuposto de que as relações sociais são fatores importantes para a integração do estudante com deficiência à universidade, acredita-se que é importante dar continuidade a estudos nessa área, que contribuam para a melhor compreensão de como ocorrem as relações sociais dos estudantes com deficiência junto a seus pares. Assim, espera-se que os resultados de tais estudos, futuramente possam fornecer subsídios para elaboração de diretrizes para orientação de toda a comunidade acadêmica, no sentido de contribuir para a efetiva participação e para a permanência desses estudantes na universidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P. Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In: MERCURI, E.; POLYDORO, S. A. J. (orgs). **Estudante universitário: características e experiências de formação**. Taubaté: Cabral editora e livraria universitária, 2003. p. 15-40.

BISOL, C. A. et al. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de pesquisa**, v. 40, n. 139, p. 147-172, jan./abr. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto Legislativo nº 186, de 09/07/2008: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: MEC, 2008. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto186.pdf>>. Acesso em 20 Nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2011 – resumo técnico**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior: evolução da educação superior 1991-2007**. Brasília, 2013. Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>>. Acesso em 31. Jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

CASTRO, S. F. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. 2011. 278f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

FERNANDES, E.; ALMEIDA, L. Estudantes com deficiência na Universidade: Questões em torno da sua adaptação e sucesso acadêmico. **Revista de Educação Especial e Reabilitação**, v. 14, p. 7-14, 2007.

GRANADO, J. I. et al. Integração acadêmica de estudantes universitários: Contributos para a adaptação e validação do QVA-r no Brasil. **Psicologia e Educação**, v. 4, n.1, p. 33-54, dez 2005.

GUERREIRO, E. M. B. R. **Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior**: estudo de caso UFSCar. 2011. 229f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

JOLY, M. C. R. A.; SANTOS, A.A.A. dos; SISTO, F.F. **Questões do cotidiano universitário**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MERCURI, E.; POLYDORO, S. A. J.. **Compromisso com o curso no processo de permanência/evasão no ensino superior**: Algumas contribuições. Coleção Psicologia e Educação Superior, p. 219-236, 2003.

MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M. A.; SEGER, R. G. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 41, set. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Nov. 2012.

PEREIRA, A. M. S. et al. Sucesso e desenvolvimento psicológico no Ensino Superior: Estratégias de Intervenção. **Análise Psicológica**, v. 1, n. 14, p. 51-59, 2006.

PEREIRA, E. M. A. A percepção dos universitários sobre seus problemas. In: MERCURI, E.; POLYDORO, S. A. J. (orgs). **Estudante universitário**: características e experiências de formação. Taubaté: Cabral editora e livraria universitária, 2003. p. 187-217.

POLYDORO, S. A. J. et al. Desenvolvimento de uma escala de integração ao ensino superior. **PsicoUSF**, v. 6, n.1, p.11-17, jun. 2001.

POLYDORO, S. A. J.; PRIMI, R. Integração ao ensino superior: explorando sua relação com características de personalidade e envolvimento acadêmico. In: MERCURI, E.; POLYDORO, S. A. J. (orgs). **Estudante universitário**: características e experiências de formação. Taubaté: Cabral editora e livraria universitária, 2003. p. 41-60.

SANTOS, L.; ALMEIDA, L. S. Vivências acadêmicas e rendimento escolar: estudo com alunos universitários do 1.º ano. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 19, n. 2, abr. 2001.

Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312001000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 Nov. 2012.

SCHLEICH, A. L. R. **Integração à educação superior e satisfação acadêmica de estudantes ingressantes e concluintes**: um estudo sobre relações. 2006. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

STANLEY, P. Students with disabilities in Higher Education: A review of the literature. *College Student Journal*, v. 34, n. 2, p. 200-211, jun. 2000.